

ATA Nº 17/2017 – WORKSHOP PLANO DIRETOR – UNIOESTE 19/04/2017.

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete às dezenove horas e trinta minutos, no auditório da UNIOESTE – Universidade estadual do Oeste do Paraná, reuniram-se professores e acadêmicos das universidades locais dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, e demais interessados para workshop de revisão do Plano Diretor Municipal com o Coordenador Dalcy Salvati. A convocação foi realizada pelos professores Ricardo Leme e Clério Plein da Unioeste; Fernando Cesar Manosso da UTFPR; Tatiana Cristina Schneider Ghisi e Mônica Gonçalves Scatola da UNIPAR. Na lista de presenças foram registradas as seguintes participações: 01 - Ricardo Leme; 02 – Clério Plein; 03 – Dalcy Salvati; 04 – Tatiana Cristina S. Ghisi; 05 – Mônica Gonçalves Scatola; 06 – Pamela Saczinski; 07 – Karolaine Claudino; 08 – Renata Barancelli; 09 – Geizibel J. Halas; 10 – Igor Gabriel Borges Vieira; 11 – Joslaine Selbach; 12 – Simone Selbach; 13 – Elaine Patrícia da Rosa; 14 – Marlon R. Faedo; 15 – Rafel W. Baldissarelli; 16 – Marco Antonio Barbosa; 17 – Luis Fernandes; 18 – André Felipe Padia; 19 – Nicole C. S. Spocki; 20 – Everton Locatelli; 21 – Bruna Chiarelli de Campos; 22 – Ana Paula Romani; 23 – Maristela Szezerban; 24 – Cristiani Marconte; 25 – Maria José Formolo; 26 – Daniele Kunz Rafonio; 27 – Nara Ribeiro Menezes Mariano; 28 – Karise Rafaeli Krüger; 29 – Carolina Beatriz da Silva Claudino; 30 – Querli Casanova; Raquel Fontana de Freitas Machado; 31 – Luana Borges dos Santos; 32 – Vanessa Alves Brandão; 33 – Jéssica Garbin; 34 – Gustavo Ferreira; 35 – Thiago Henrique Alves Rodrigues; 36 – Amanda Vescau Zuchello; 37 – Tassia Regina Maraschin; 38 – Bianca de Campos Barbosa; 39 – Leonardo Wendramin; 40 – Mauricio Deon; 41 – Anderson Chaves da Silva; 42 – Rafaela Ana Rodrigues; 43 – Renata Nesi Ferraz; 44 – Guilherme E. Cavalheiro; 45 – Henrique de Souza Castilho; 46 – Guilherme Mendes; 47 – Julio C. Fortes; 48 – Tainá C. Calegari; 49 – Carla T. de Souza; 50 – Mayara M. Godoy; 51 – Jorgiane Pagnan; 52 – Ana Paula Zanella; 53 – Rafaela Bóscki; 54 – Maikieli Bussolaro; 55 – Kellyn Taiandra Baccin; 56 – Milena Tamara Moss; 57 – Tauã M. da Silva e Sá; 58 – Sueli Cristina Bortoletti; 59 – Nubia Pazinato; 60 – Guilherme Freitas; 61 – Estéfani Nunes Agatti; 62 – Andressa Manchini Hickmann; 63 – Camila Carneiro; 64 – Analise Davies; 65 – Adriana Leseiko; 66 – Gian Carlos Fon; 67 – Alisson Henrique Bavaresco; 68 – Giovanni Luiz Käfer; 69 – Bruno Saggiorato; 70 – Andréia Tusky de Lima; 71 – Silvana Aparecida Perusso; 72 – Luana L. Schlickmann; 73- Leandro Sgabin dos Santos; 74 – Maria Fernanda Noiman; 75 – Sindy Emili C.C; 76 – Renata de Ramos Silva; 77 – Rosana Cristina Biral Leme; 78 – Ronaldo Diego Ascari; 79 – Silvane Rodrigues; 80 – Daniely A. Dal’More; 81 – Ana Maria P. Catanio; 82 – Daniela Luevan; 83 – Danielle Scotti; 84 – Leonardo Thomazoni; 85 – Matheus M. Pereira; 86 – Rodrigo Falinski; 87 – Vanessa Fretzen; 88 – Karolayne Vendruscolo Colla; 89 – Alexandre da Rosa; 90 – Jeferson Pereira; 91 – Ana Carine Basotti da Luz; 92 – Cleiton Oliveira; 93 – Karla Jaqueline de Souza; 94 – Juliana Cristina de Souza; 95 – Jean Carlos Zuetch; 96 – Alana Jaqueline Cavazini; 97 – Marcielli Hauschilott; 98 – Fernanda Galgaroto; 99 – Eninéia B. de Medeiros; 100 – Kelly Ariane de Jesus; 101 – Andreza Carla Conazza; 102 – Daiane Canova; 103 – Débora L. Garbin; 104 – Jéssica Lara T. Schervinski; 105 – Gean Lucas Weisheimer; 106 – Elvis Rabuske Hendges; 107 – Juliano Andres; 108 – Fraciele Moro Toledo; 109 – Matheus Prado Klotz; 110 – Felipe Rocha Cavalheiro; 111 – José Luiz de Campos; 112 – Lucas Antonio Padilha; 113 – Henrique Renk; 114 – Ronei da Silva Gefino; 115 – Dejanis de Oliveira; 116 – Alan Rafael C. de Souza; 117 – Guilherme Grigoletto; 118 –

Caroline Hellfenstein; 119 – Thainara Brancalione; 120 – Daniel Fabricio Cilz; 121 – Anderson Zilli; 122 – Polyana L. Locatelli; 123 – Sandra Geremia; 124 – Jaime A. Stoffel; 125 – Anderson Arisi; 126 – Carlos Eduardo Boga; 127 – Bruna Zanandria; 128 – Emanuel de Almeida; 129 – Bruna Scariot Potrich; 130 – Heloisa Berticelli Franciosi; 131 – Bruna de Marchi Doesena; 132 – Alexandro de Alcantara Ramos; 133 – Schaiane Heimann; 134 – Alan Rodrigo Bussularo; 135 – Isabela Scanogatta; 136 – Karine Vasconcelos Rogikowski; 137 – Alice Baio; 138 – Thaís Fernandes; 139 – Amanda Rafain; 140 – Aline Toscan; 141 – Bruna Botin Buratto; 142 – Ana Paula Costanaro; 143 – Simone Raquel Mozel; 144 – André Antonio Moranski; 145 – Bruna Dakka Costa; 146 – Gabrieli Soster; 147 – Marcos Roberto Zanatta; 148 – João Paulo W. Ronsalin; 149 – Tatiana Luiza Postal; 150 – Juliana Leria; 151 – Jussara dos Santos; 152 – Jéssica Villani; 153 – Felipe Henrique Mendes; 154 – Kirlane F. Rizzo; 155 – Luíza K. B. Marcelo; 156 – Elaine Fermino; 157 – Bruna Letícia Wenke; 158 – Hosana F. da Silva; 159 – Daniella Rosa Marques de Oliveira; 160 – Ananda Appel Gonzatto; 161 – Gean Carlos Leandro; 162 – Jhoni de Oliveira Xavier; 163 – Alana Adamante Magri; 164 – Mayara Caroline Mombrelli; 165 – Alana Guadahim; 166 – Silvia Regina Pereira; 167 – João Paulo da Rocha; 168 – Cláudio Loes; 169 – Nileide T. Perszel. Ao iniciar a reunião, Professor Ricardo Leme saudou o coordenador da Revisão do Plano Diretor, Dalcy Salvati e os demais integrantes da mesa de dirigentes: Clério Plein; Fernando Cesar Manosso R; Tatiana Cristina Schneider Ghisi e Mônica Gonçalves Scatola, aos acadêmicos e demais presentes declarando que de forma simples este encontro visa discutir um assunto de suma importância: os dez futuros anos da nossa cidade de Francisco Beltrão. Para dar início aos trabalhos passou a palavra ao arquiteto Dalcy Salvati para breve explanação do que é o Plano Diretor Municipal e a fase de revisão. Dalcy agradeceu ao convite e enalteceu os participantes por estarem reunidos em uma quarta feira a noite manifestando desta forma o interesse cívico; disse estar na condição de coordenador atual, a partir de fevereiro deste ano, dos trabalhos de revisão de Plano Diretor oportunidade em que aceitou o convite da atual administração municipal. Relatou brevemente de sua experiência com o tema desenvolvido em outras cidades. Passou a apresentação em tela com o questionamento: O que é o Urbanismo X Planejamento Urbano? Conceituou ambos; enquanto Planejamento Urbano age diretamente no ordenamento físico das cidades e nos processos que a constroem o urbanismo estuda e registra a evolução das cidades; Demonstrou a linha do tempo da Legislação Urbana no Brasil: iniciou com a Lei 6.766/79 do Parcelamento do Solo Urbano definindo parâmetros para loteamentos e desmembramentos, logo depois na Constituição Federal de 1988 no artigo 18 tratou a autonomia dos municípios na política urbana, mais tarde a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade regulamentado os artigos 182 e 183 da CF de 1988; Detalhou as funções das cidades a partir da Carta de Atenas de 1933: Habitação, Trabalho, Circulação, Lazer e Recreação; Nova Carta de Atenas de 2003 dividiu e ampliou as funções das cidades em Funções Urbanísticas, Funções de Cidadania e Funções de Gestão; O que vem a ser o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): Objetivo inicial, meta principal; definiu em tela e demonstrou o Estatuto da Cidade sob a ótica da realidade do Sudoeste do Paraná com dados estatísticos registrados, dentre eles: Mesmo não sendo obrigatório é conveniente que as cidades com menos de 20 mil habitantes possuam seu Plano Diretor – instrumento de grande valia no planejamento dos investimentos municipais; a seguir definiu O que é o Plano Diretor, os Instrumentos da Estruturação Urbana, do Uso Do Solo e do Meio Ambiente: - Macrozoneamento / Zoneamento - Sistema Viário Básico

- Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Habitação / Habitação de Interesse Social - Circulação Viária e Transportes - Áreas Públicas - Infra-Estrutura e Serviços de Utilidade Pública - Política Ambiental. PLANO DIRETOR - Instrumentos De Política Urbana - **Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios:** Nos termos fixados em lei específica, o Município poderá exigir que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, promova seu adequado aproveitamento, sob pena de aplicar os mecanismos previstos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade. **Direito de Preempção:** O Município, por meio do Direito de Preempção, terá a preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, desde que o imóvel esteja incluído em área a ser delimitada em lei específica e o Poder Público dele necessite, observadas as disposições do art. 27 da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Outorga Onerosa do Direito de Construir:** A outorga onerosa do direito de construir, também denominada de solo criado, é a concessão emitida pelo Município, para edificar acima dos índices urbanísticos básicos estabelecidos de coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos ou alteração de uso, e porte, mediante contrapartida financeira do setor privado, em áreas dotadas de infraestrutura. A outorga onerosa do direito de construir propicia maior adensamento de áreas já dotadas de infra-estrutura, e os seus recursos serão aplicados para as finalidades fixadas pela legislação federal e pela lei municipal específica. **Transferência do Direito de Construir:** A transferência do direito de construir, também denominada transferência de potencial construtivo, é a autorização expedida pelo Município ao proprietário do imóvel urbano, privado ou público, para edificar em outro local, ou alienar mediante escritura pública, o potencial construtivo de determinado lote, para as finalidades especificadas na legislação federal e na lei municipal. **Operações Urbanas Consorciadas:** A operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infra-estrutura, sistema viário e de habitações de interesse social. **Estudo de Impacto de Vizinhança:** Deve ser instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV como instrumento de análise para subsidiar o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas ou privadas, especialmente para grandes obras, exemplo shopping Center, hipermercados, etc que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, sistema viário, entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município. Os empreendimentos e atividades, privados ou públicos, que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV - para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal, deverão ser definidos em legislação específica. **Monitoramento e Controle do Plano Diretor:** Aqui é importante ressaltar que a propriedade urbana só cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando que sejam atendidas as necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes disciplinadas no art.2º do Estatuto da Cidade. Para tanto é imprescindível o estabelecimento de um sistema de monitoramento e controle do Plano Diretor de Francisco Beltrão, de forma a organizar e sistematizar as informações municipais para atendimento das diretrizes

previstas, tanto na legislação federal como na legislação municipal específica, exemplo IPTU Progressivo, para que os terrenos sejam ocupados para evitar espaços vazios. Elencou as Etapas para elaboração do Plano Diretor Municipal: 1ª Fase – Plano de Trabalho; 2ª Fase – Análise Temática Integrada; 3ª Fase – Objetivo e Proposições; 4ª Fase – Legislação Urbanística Básica; 5ª Fase – Plano de Ação e investimentos (PAI); 6ª Fase – Conferência do Plano Diretor Municipal (PDM). Método CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades: 1ª Fase – Plano de Trabalho: Tem a finalidade de organizar o desenvolvimento dos trabalhos e metodologia aplicada pela Equipe Técnica Municipal – ETM; 2ª Fase – Análise Temática Integrada – ATI: Identificação da base de dados necessária ao desenvolvimento do Plano. Levantamento de dados – informações relativas ao município, legislação vigente, estudos, planos e projetos existentes para a região e para o município; 3ª Fase – Objetivos e Proposições: Com base na fase anterior, serão definidos os eixos estratégicos que nortearão a construção do PDM, através de diretrizes e proposições pensadas para curto, médio e longo prazo, visando a transformação da realidade identificada. 4ª Fase – Legislação Urbanística Básica: Revisão da Lei do Plano Diretor, da Lei do Perímetro Urbano, da Lei do Parcelamento do Solo Urbano, da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento), da Lei do Sistema Viário, anteprojeto da Lei da Mobilidade Urbana, revisão da Lei do Código de Obras, da Lei do Código de Posturas e de leis específicas. 5ª Fase – Plano de Ação e Investimentos – PAI: Indica as ações e os projetos prioritários, tendo em vista a implementação do PDM, e apresenta a hierarquização dos investimentos públicos municipais, segundo setores. 6ª Fase – Conferência do Plano Diretor Municipal: Será realizada após a provação de todos os produtos elaborados do Plano Diretor Municipal pela Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento. Expôs o mapa de macrozoneamento uso e ocupação de solo, mapa do zoneamento urbano uso e ocupação de solo, mapa do sistema viário mobilidade, mapa do transporte coletivo mobilidade, mapa da localização dos equipamentos públicos, mapa síntese do meio natural, para entender a cidade: mapa dos limites do município área urbana e rural e distritos, área urbana, não urbanizada e de expansão, área urbanizada já loteada ou consolidada, área rural não urbanizável fora do perímetro. Finalizando a apresentação Dalcy declarou aos acadêmicos e participantes dizendo que momentaneamente pode não ser importante ou parecer não impactar na sua vida, mas, que futuramente saberemos da fundamental importância de participar deste processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Retomando a palavra o dirigente da mesa Professor Ricardo mencionou o registro em ata desta reunião realizado pela secretária Nileide, que integrará o conjunto de atas da revisão 2016-2017 do Plano Diretor Municipal; a seguir passou a palavra ao Professor Fernando Manosso que agradeceu e cumprimentou a todos agradecendo a oportunidade de representar a instituição da UTFPR e agradeceu o interesse da prefeitura em passar o conhecimento técnico e informações gerais através da presença do coordenador Dalcy Salvati, enalteceu colegas presentes pelos trabalhos realizados contribuindo com a revisão do Plano Diretor; Citou alguns tópicos previamente descritos para este debate, o ser humano escolheu as cidades para viver nos últimos anos, sistema de processo entre pessoas, animais, plantas, necessidade de técnicas de urbanização organizadas e a falta de acompanhamento para regulamentar ou ordenar o crescimento das cidades; um papel difícil de entender a cidade e seus processos, assim como na área médica cada tem seu profissional médico específico para cada área nas variadas especialidades para resolução de problemas; citou o

trabalho do Professor Duarte da UTFPR – Hidrologia – Bacia do Marrecas tratando das Cheias – drenagem de águas pluviais urbanas e rurais do Município, estabelecendo critérios loteamentos urbanos; Área Rural políticas de manejo de solo, reduzindo perdas de solo e erosão o principal problema bacia rural, temática importante para o poder público agir – análise criteriosa a partir da visão atual. Professor Fernando Manosso arguiu: A Política de Mobilidade Urbana expõe moldes para construir cidades diferentes de como são hoje, a lei abre possibilidade para mudanças nas cidades, transportes, veículos, circulação; mencionou que Dalcy citou incluir possíveis demandas futuras ao Plano, o quê entendemos de fato por mobilidade? A idéia é que todos querem ter seu carro e todos querem ir ao mesmo lugar ao mesmo tempo? Um modelo de cidade americanizada de vias largas? Necessário se ter consciência de quanto isso custa, além de IPVA e outros, custa saúde pública e qualidade de vida dos habitantes. Dacy apontou para criar uma cidade mais humana: menos espaços públicos para estacionamento, utilização compartilhada das vias, ciclovias (estudo de demanda prioritária não somente lazer) mapear pontos de imobilidade; Constantes programas de adequação de calçadas, faixas de acesso, passarelas. - Zoneamento: vários pontos a incluir, a partir de um diagnóstico identificar demandas de ações em diversos espaços, complexo falar de zoneamento, entende o problemas com áreas mistas, temos que pensar que as cidades precisam ser mais humanas, criação de área exclusivamente residencial, usar também o bairro para comércio, consumo, lazer, segurança pública inclusive. Usando a palavra a Professora Mônica agradeceu ao professor Ricardo e Professor Clério por esta oportunidade de colocar junto ao poder público municipal os anseios da nossa cidade, pensar nas cidades sob a ótica da sustentabilidade urbana, o estatuto surgiu neste panorama em 1990 e as questões foram incorporadas ao atual Estatuto da Cidade, pergunta: Quais as diretrizes e o que há de sustentabilidade integrada ao Plano Diretor Municipal? Para isso discutir categorias que possam ser integradas ao Plano Diretor, Lei do uso solo, do zoneamento, temos uma lei de zoneamento complicada, organizar para os novos loteamentos: mobilidade integrada aos loteamentos, saneamento ambiental, esgotamento sanitários, infraestrutura, poder propor metas para a próxima década ou para os próximos vinte anos; efetivar o plano de Mobilidade Urbana propor malha viária de acordo, utilização de vias priorizadas para pedestres, áreas defasadas, acesso e instrumentos para as áreas públicas, o nosso sistema é pautado num sistema capitalista, organizar os espaços e pensar mais no ser humano só assim é possível fazer da cidade que temos uma cidade que queremos para os próximos anos. No uso da palavra a professora Tatiana C. Ghisi elencou divulgar trabalho ao poder público do qual citou pesquisa e dados levantados até 2015, maioria dos dados adquiridos na própria prefeitura. No ano de 2015 houve expressiva expansão urbana e facilidades de financiamentos, em 2014 a área edificada cresceu 25% e teve grande impacto no município e alguns problemas são oriundos dessa expansão não planejada, aumento no número de lotes, aumento da população e não se prevê reserva de áreas verdes, áreas de circulação para qualidade de vida das pessoas. Infraestrutura mínima, possuir locais para atender a população, de 2010 a 2015 foram criados 3.665 lotes urbanos em cinco anos, destes apenas 827 destinados a população de baixa renda, os bairros que mais aumentaram foram o Padre Ulrico, o bairro Aeroporto e o Jardim floresta, caracterizando a cidade em duas, a região norte com loteamentos populares e a região sul com loteamentos voltados a população de maior poder aquisitivo; a região sul tem maior metragem de expansão urbana, na região norte tem maior numero de lotes e população de baixa renda, áreas não edificadas que constam na malha

urbana, e os vazios urbanos devem ser considerados, pois possuem grande representatividade na malha urbana, foi analisado no ano de 2015, os vazios urbanos pertencentes a pessoas físicas, jurídicas e prefeitura, o Bairro São Cristovão possui a maior quantidade de vazios urbanos com 963 unidades, o Bairro Industrial 60% pertencem a empresas do setor imobiliário e empreendimentos relacionados a execução de loteamentos. No total estes somam 10.214.107 m² de área urbana que não está sendo ocupada. Os vazios urbanos do bairro Centro somam 138 lotes vazios urbanos. Estes dados são extremamente importantes para criar condicionantes para ocupação das áreas urbanas; finalizou agradecendo a atenção. Em sua exposição, o Professor Ricardo agradeceu a parceria das universidades, oportunidade única para discutir o planejamento do futuro da nossa cidade e agregar o que temos a contribuir, citou que tudo isso é resultado de avanços a partir de Constituição de 1988 algumas não colocadas em prática, o Estatuto da Cidade Lei 10.257/2001, os órgãos envolvidos, Legislativo, o Executivo na figura do Gestor, a Lei do Plano Diretor é uma caixa de ferramentas para o gestor, mas de nada adianta de ele não colocar em prática para administrar uma cidade mais justa, mais solidária; Necessário nossos gestores, empresários, sociedade civil em geral entender que a cidade é um bem comum e nossos interesses devem estar a ela subordinados; O Estatuto traz vários instrumentos: - indução: como tratar os vazios urbanos, parcelamento, utilização compulsória, prevê IPTU progressivo, o proprietário tem um tempo para transformar em uso, terreno vazio não cumpre função social, apenas especulação, fazer constar no Plano Diretor desapropriação de áreas, fazer loteamento para permuta; Instrumento da regularização: muitos moradores não possuem a posse dos seus imóveis, exemplo: uso capião social urbano - instrumento de democratização urbana, iniciou tardiamente, há pelo menos dois anos atrás com discussões comuns, em bairros, envolvendo população mais carente. Plano Diretor é contínuo e permanente, não pára aqui pra retomar daqui dez anos, tem que estar sempre cobrando acompanhando, alimentando, estudando, é espaço de democratização, assim como aconteceram audiências públicas e oficinas em Francisco Beltrão, será que todas as cidades estão fazendo a revisão autêntica do Plano Diretor como Francisco Beltrão que ao menos está fazendo; quando chama a sociedade há um abismo de interesse e de omissões; muitas vezes são levantados problemas localizados ou gerais que devem ser trazidos ao planejamento; Quando menos legislação existir para empresários, investidores melhor, o Estatuto trás condições para o gestor: prefeito com peito para enfrentar esses desafios. O interesse público deve sempre prevalecer sobre o direito privado; Estudo de Impacto de Vizinhança EIV é fundamental, verificar se compatível, quais impactos vão causar, exemplificou cidades como Londrina, Maringá, Cascavel que já se utilizam desses instrumentos de Estatuto. Cobrar do gestor a criação do Instituto independente de planejamento contínuo ou permanente para não se alterar com alternância política; Ricardo agradeceu e encerrou sua fala. Dando sequência na segunda parte, o professor Clério Plein abriu espaço para debates, oportunidades para pergunta colocações ou mesmo questões por escrito que podem ser encaminhadas a mesa. Iniciando participações: 1) professora Silvia Regina Pereira agradeceu aos professores presentes, a disposição do arquiteto Dalcy de vir até a universidade, pena não ocorrer encontros assim de forma freqüente; disse que irá repetir algumas preocupações, pois entende que houve mudança de gestão e equipe de coordenação, mas a preocupação é a mesma: qual serão os encaminhamentos finais considerando que teremos aprovação, também da próxima audiência para

visualizar as mudanças no Plano Diretor para cidade mais justa mais humana; direito a cidade: o imobiliário tem direito maior? Porque aprovação continuada de novos loteamentos? Para quem? A população na maioria não vai conseguir adquirir, o poder se compra para atender o mercado imobiliário, interesse de loteadores no Bairro Padre Ulrico, ocupações no Bairro São Miguel, Bairro Sadia e Cidade Norte, as pessoas não estão lá para correr riscos e sim porque não tem como pagar aluguel, metro quadrado é caríssimo em Francisco Beltrão, discrepante com valores de Curitiba e outras cidades; Qual cidade que a gente tem? não é a cidade para a maioria da população e sim para a minoria; Problemas de grandes cidades já estão se instalando aqui, qual a cobrança e qual cidade que vamos querer será a do automóvel? A preocupação tem relação direta com administração pública, condições de mobilidade e acessibilidade para pessoas acessarem espaços por exemplo, numa universidade... os problemas serão cada vez mais ampliados, por coincidência hoje é dia do índio e só temos a data; A falta de atenção do poder publico com pessoas de vulnerabilidade social, pessoas indígenas ocupando áreas próximo a saída para Marmeleiro, parques, há bebes de colo, e não há preocupação do Conselho Tutelar, Assistência Social etc tornando-os invisíveis; Silvia disse que ficou esperançosa com a nova coordenação, conhece experiência do coordenador Dalcy, o que podemos esperar dessa revisão do Plano Diretor? será mais um planejamento efetivo ou não? Nós das universidades temos que cobrar pressionar vereadores, poder público para assegurar os direitos às pessoas de menor renda. Concluída, Dalcy agradeceu a professora Silvia, informou que a terceira Audiência Pública foi adiada devido ao município sediar o evento estadual da Conferencia do Meio Ambiente do dia vinte e sete deste mês e ocorrência do feriado de primeiro de maio “dia do trabalhador”, informou que ano passado foram construídas 49 casas para abrigar população realocada da trincheira próxima a Comunidade Santa Bárbara e há Planejamento estratégico para promover inclusões sociais, como disponibilizar também apartamentos na forma de pequenos conjuntos com dois ou três pavimentos não somente áreas com casas, porém a Caixa não estimulou por histórico de problemas na convivência entre moradores, apesar disso podemos contar com a colaboração da assistência social em projeto de orientação as famílias, e que depende logicamente de recursos federais, há idéia é de se fazer quinhentas moradias inicialmente buscando recursos para tanto, seria uma pequena cidade planejada, pois perímetro urbano crescendo com potenciais de urbanização e enxurradas, regiões de cidade ociosa como aconteceu com Cidade Norte e Pinheirão, pois é necessário assistência, escolas, infraestrutura; está sendo trabalhado plano de zoneamento criando zonas de restrição de ocupação, não proibindo mais criando exigências expressas para coibir, citou exemplo da ocupação estabelecida no local do antigo Frigobel, já há estudo algo pensado, porém os recursos próprios são limitados, necessidade de buscar outras fontes de recursos. Na sequência Professor Ricardo leu pergunta por escrito dirigida a mesa: em que data a população é consultada? Como age a população nas audiências? Dalcy respondeu informando quais as etapas que já foram cumpridas como as oficinas temáticas, duas audiências publicas previamente divulgadas no Jornal de Beltrão, site do município, rádio, TV e entrevistas, iniciaram junho ano passado, já tardiamente, prazo final era novembro 2016, foi prorrogado junto ao Ministério Público que tem acompanhado todo o processo, mas também cobra resultados visto a necessidade para que nova Lei seja implantada; Dalcy informou que nas audiências públicas há espaço aberto para o publico debater e fazer perguntas, também disponível no site do município desde o ano passado questionário com

quarenta e duas questões para livre respostas. Completando as informações Dalcy traçou um parâmetro analisando a Lei de 2006 dentre as propostas, algumas foram concretizadas, outras estão em vias de serem concretizadas e outras não serão concretizadas, situações imprevistas contribuem, Dalcy citou exemplo de áreas que foram ocupadas desordenadamente, isto se deve ao que foi falado da falta de um instituto de planejamento contínuo, o que tem acontecido é mudanças a cada alternância política, se perdendo os estudos, levantamentos e trabalhos realizados; declarou ainda que no ano de 2001 foi secretário de urbanismo e citou que na época para construção de uma ponte seria necessário desapropriação os documentos existentes era um simples documento assinado pelo secretário de Assistência Social que o cidadão possuía guardado dentro de um pacote plástico; atualmente para se evitar ocupações nas barrancas dos rios que sofrem periódicas inundações o Plano Diretor incluirá previsão de executar Parque Linear, anos passados foi executado o Parque Alvorada hoje um dos espaços mais freqüentados mas que no decorrer do tempo foi permitida urbanização em seu entorno. Textualizando Dalcy citou exemplo de ações preventivas tipo com outras cidades e outros países, também exemplo local da Avenida Luiz Antonio Faedo quando foi instalada a Granvel primeira agência da Renault na cidade, o seu entorno passou a melhorar com vias e urbanização, outro exemplo: juntamente com SEBRAE e ACEFB o Alto da Júlio foi criado para tentar revitalizar a parte de cima da cidade, foi criado ligado pelo calçadão que promove encontro de pessoas com a feira de produtores, lanchonetes e a praça central, assim também deverá ser promovido nos bairros da cidade dispor no próprio local o que as pessoas necessitam; além do Parque Linear pensar também a mobilidade alternativa teleférico nos parques quem sabe, daqui a dez anos, citou o caso do Texas nos EUA em que urbanizaram o rio com passeios de barco e outros: “na primavera, a festa San Antonio River apresenta carros alegóricos flutuando sobre o rio, tornando uma atração incomum e deslumbrante com bares e restaurantes luxuosos que atraem turistas”, um exemplo de criatividade: o que podemos nós aproveitar de polo turístico em Francisco Beltrão? Além do Morro do Cristo, Torre da Concatedral, Parque de Exposições, Centro de Eventos e outros Parques, por muitas vezes se falta mais vontade política do que dinheiro. Encerrada a fala de Dalcy Professor Ricardo lembrou questão da expansão do perímetro urbano ocorridas em 2014 e 2016, o gestor tem o poder para revogar e impedir que novos loteamentos surjam forçando o crescimento desordenado, isso cria brechas e fragiliza o próprio Plano Diretor fazendo a lei perder o efeito, necessário se criar Conselho não só consultivo, mas também deliberativo, para as questões serem apreciadas, se fazer ajustes, correções junto com o Instituto antes de serem levadas a análise e aprovação da Câmara Municipal de Vereadores. Claudio Loes participante fez uso da palavra comentou os exemplos de citados por Dalcy e disse que o antigo Frigobel se tornou também depósito de lixo, durante anos foi lixão, parte invadida em área ambiental, se tratar administrativamente, parque já sofre pressão, indústrias com lagoas de contenção criar responsabilização criminal da administração anterior, o Parque Irmão Cirilo é o único parque ainda não invadido pela ignorância e a pobreza, criar legislação. Professor Ricardo direcionou outra pergunta por escrito encaminhada a mesa: sobre invasão no Bairro Padre Ulrico: IAP não faz nada para proibir ação de desmatamento? Dalcy sobre as colocações respondeu que aumenta todo dia o número de pessoas por invasão, como fazer para tirar a população de lá? Informou que há projeto de cercamento do parque irmão Cirilo, e questionou: Quem começou invasão? Alguém comanda e ganha com isso, quem está por trás? Levar onde esse povo? Como tirar as pessoas: e se a

administração pública começar levar benefícios aumenta ainda mais, é situação social complexa, mencionou que alguns daqueles que lá estão já tem sua moradia estão explorando, o poder público faz projeto para se construir 400 casas e ao término já tem 800 no local. Professor Ricardo reforçou o que se pede nas audiências e reuniões a fiscalização, a prefeitura precisa investir em fiscalização, se está irregular tem que demolir aí se pensaria duas vezes antes de invadir. Outra pergunta de Alexandro Ramos dirigida à mesa: especulação urbana, como em outras cidades como se trata esse tema na Revisão do Plano Diretor e a questão do IPTU Progressivo? Dalcy informou: ponte de acesso Sadia/Padre Ulrico não há previsão de acontecer logo, sobre especulação imobiliária diz estar hoje estabilizada, os próprios valores de lotes é um balizador estão sendo negociados por valores mais baixos; O Plano Diretor como falado anteriormente tem previsto plano de habitação, sobre o zoneamento estão sendo corrigidos os erros de áreas sempre com apoio jurídico, como por exemplo: a questão da expansão do perímetro urbano, e questões como alterações e melhorias nos imóveis, pois valorizam o imóvel e na nova Lei estabelecer maiores restrições para futuras ocupações tipo passar por um conselho para análise; zonas de área verde, e terrenos com declividade acima de 30% de restrição de ocupação; controle sobre ocupação de cada zona; existe a Lei o que falta são mais técnicos, há pessoas dedicadas mas com várias tarefas e isso é um ponto que falta melhorar. João Paulo da Rocha, participante, levantou as seguintes questões: 1) expansão nos lados da cabeceira do rio marrecas, interesses políticos andando na contra mão aumentando esses problemas, o que o Plano Diretor pode fazer quanto a isso? 2) qual a participação da Ordem dos Advogados do Brasil OAB local no Plano Diretor? 3) sobre a malha viária urbana: problemática já da gestão anterior com o transito: 4) porque não mexer com a área Camilotti? ruas que acabam naquele local: uma empresa praticamente inoperante ou com 50% apenas de funcionamento causando tantas limitações a malha viária urbana? 5) O presidente da Associação de moradores do Bairro Padre Ulrico pediu comentar sobre a saída da UPA beco sem saída se tornou local de uso preferido de marginais, tem conhecimento que na prefeitura no departamento de projetos Guilherme tem estudos de novo corredor viário? Dalcy passou a responder e disse que para a área da empresa Camilotti já se apontam algumas novidades para solução, a empresa manifestou interesse para transferência fora do perímetro urbano, portanto sinaliza que poderemos ter novidades; Quanto a OAB local, não participa da CA – Comissão de Acompanhamento mas há componentes do departamento jurídico que integram a ETM Equipe Técnica Municipal; No Padre Ulrico há estudos para construção de trincheira que pode acontecer a médio prazo; Contorno Norte poderá ser criado outro para desvio de caminhões se garantido recursos. Rumo ao final do Workshop o Professor Ricardo informou algum tempo para responder até três perguntas ainda. Professora Karolaine Claudino solicitou uso da palavra, agradeceu a oportunidade de comentar em plano público o que é falado em sala de aula e indagou 1) sobre a problemática de impacto no Prolongamento da Avenida Julio Assis, local que se reúne grande número de pessoas especialmente nos finais de semana, questões irregulares, retirada de mata nativa, acessos improvisados de estacionamento de frequentadores do local, empreendimentos que estão sendo edificados causam impacto muito grande naquela região, ações devem partir não só do empreendedor mas dos afetados ou prejudicados, em sua opinião acha que falta vontade política e predomina a força do capital 2) sobre o estudo de construir apartamentos para resolver questões de habitação em local reservado, porque não respeitar as diferenças e termos uma cidade variada? 3) existe projeto para moradia estudantil?

O professor Clério Plein que intermediou as perguntas verbais dos participantes informou que é membro suplente na CA Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e opinou dizendo que o foco do Plano Diretor é estabelecer posição para a cidade que a gente quer, diante disso expôs que em 2015 tínhamos quase 7000 estudantes universitários, hoje já podemos dizer que somos uma cidade universitária, mas a ficha ainda não caiu para o poder público, com transporte há dificuldade para garantir o passe público diante da burocracia que impõe comprovar a cada três meses a frequência, provando horários que está em aula, a cidade não favorece como sendo cidade universitária. Na resposta Dalcy disse que cada cidade tem sua vocação e busa saber qual, entre várias a cidade pode ser vista e comparada a um ser vivo, pois se transforma dia a dia, elas nascem, crescem, se desenvolvem ou morrem, como a populosa Roma na Itália no passado com 1.1200.000 habitantes, após invadida pelos bárbaros que cortaram água como estratégia, foi desocupada e ficou com apenas 20.000; nos Estados Unidos há muitas cidades que nasceram, cresceram e morreram; algumas se estabilizam, Francisco Beltrão chegará a um limite, comentou que em 1995 participou em uma palestra em Fóz do Iguazu e o secretário de planejamento dizia que a cidade atingiria 1 milhão de habitantes em cinco anos, chegou a 320.000. Para exemplificar Francisco Beltrão na década de 90 perdeu 7000 habitantes depois recuperou, “precisamos ser a melhor cidade, não e maior cidade” precisamos priorizar qualidade de vida dos habitantes, cidades mais fáceis de administrar e atender as suas funções sociais são as de menor número de habitantes e isso se faz pouco a pouco com planejamento adequado e continuado, por exemplo ainda: alguns anos atrás o Plano Diretor Municipal nem citava enchentes, agora é um dos maiores problemas, exemplo de gestor que na época fez a risca o que a população tinha levantado. Professor Ricardo dirigiu a última pergunta escrita de Laís Fernandes: Para aprovação de loteamentos que ocupam áreas de preservação e o IAP liberou, a prefeitura não deveria intervir? Como constar do Plano Diretor para que não acontecesse? Dalcy disse não ter conhecimento do caso, vai procurar informações. Ao finalizar o Professor Ricardo Leme, em nome das Universidades com demais colegas da mesa agradeceu o coordenador Dalcy Salvati e as pessoas que se fizeram presentes, disse que temos muitos caminhões as serem percorridos, debates e lutas para garantir que Francisco Beltrão seja uma cidade justa equilibrada e cumpra sua função social, desafiou a fazer deste workshop um evento regular, provocando assim a comunidade acadêmica a pensar no futuro e equilíbrio para nossa cidade. A reunião encerrou às vinte e uma horas e cinquenta minutos e foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação da presente ata, que segue acompanhada pela lista de presença e assinatura dos participantes.